

CADERNOS DE TRABALHO

#1 | 2013



**PARTICIPAÇÃO, PODER E DEMOCRACIA:
MULHERES TRABALHADORAS NO SINDICALISMO RURAL**

Sara Deolinda Cardoso Pimenta

CADERNOS DE TRABALHO NETSAL

Os Cadernos de Trabalho NETSAL são uma nova publicação trimestral do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Esta série, iniciada em 2013, publica estudos que sejam resultados de pesquisas, empíricas e/ou teóricas, afins às linhas e áreas de trabalho do NETSAL. Trata-se de números monográficos que podem tanto discutir resultados de investigações finalizadas como propor novas agendas de pesquisa.

Publicado três vezes ao ano, aceitam-se trabalhos em português, espanhol e inglês. Propostas de textos, de até 50 páginas, podem ser apresentadas ao conselho de redação via email (netsal@iesp.uerj.br), acompanhados de resumo em torno de 120 palavras, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho, além de palavras-chave e mini cv do autor.

Conselho de Redação:

Diretores: Breno Bringel e José Maurício Domingues

Editores: Fabrício Cardoso de Mello e Maria Clara Brito da Gama

Diagramação: Carolina Niemeyer

Copydesk: Amaro Silveira Grassi

Netsal – Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina

<http://netsal.iesp.uerj.br/index.php/pt/>

IESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Matriz, 82, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ CEP: 22260-100. Tel.: +55 (21) 2266-8300

<http://www.iesp.uerj.br/>

PARTICIPAÇÃO, PODER E DEMOCRACIA¹: MULHERES TRABALHADORAS NO SINDICALISMO RURAL

Sara Deolinda Cardoso Pimenta

Sara Deolinda Cardoso Pimenta é Mestre em Psicologia (Social) pela UFMG, possui Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais - UFMG e é Assessora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura / CONTAG - Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

RESUMO

O trabalho aborda a trajetória das mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural com enfoque nas estratégias construídas para o seu reconhecimento e participação política com igualdade, a partir de entrevistas, consulta aos anais de congressos, publicações e pautas de reivindicações. Propõe compreender, no contexto das lutas emancipatórias, a experiência de participação sindical das mulheres e identificar as práticas que limitam e potencializam a expansão da cidadania e a construção democrática. Apresenta uma problematização sobre as estratégias para garantir a participação, considerando as tensões entre igualdade e diferença, reconhecimento e distribuição, e a relação entre cidadania e democracia. As relações no movimento sindical revelam-se marcadas pelo exercício do poder de caráter patriarcal que oprime e discrimina as mulheres e por um tensionamento permanente próprio ao processo participativo e à construção democrática. Se por um lado as mulheres rurais demonstram capacidade articulatória, de mobilização e participação, a exemplo da realização da Marcha das Margaridas, por outro, a conquista da autonomia e igualdade na participação sindical ainda requer a criação e recriação de estratégias e o enfrentamento de novos e velhos desafios.

Palavras-chave: mulheres rurais, sindicalismo, igualdade, poder, democracia.

¹Artigo elaborado a partir da Monografia apresentada em outubro de 2011 ao Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do grau de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Em pouco mais de duas décadas, as mulheres trabalhadoras rurais organizadas no movimento sindical conquistaram espaço e visibilidade política, e por meio de estratégias de mobilização e participação demonstraram sua capacidade articulatória e de parceria, qualificaram sua plataforma e agenda política e desencadearam processos de interlocução e negociação com o Estado, a exemplo da realização da Marcha das Margaridas.

A ação política das mulheres rurais no sindicalismo rural revela-se como um processo dinâmico, de múltiplas experiências e significados construídos por suas protagonistas, que resulta na emergência de identidades coletivas e políticas num campo de instabilidades e tensões no qual se reproduzem as desigualdades e o poder que nega as mulheres enquanto sujeito político e insiste em silenciá-las e submetê-las.

Mulher, trabalhadora rural e dirigente sindical, se a princípio denota a identificação da mulher a partir do seu trabalho e atuação sindical, guarda uma conotação de trajetória construída, de protagonismo político para fazer valer o reconhecimento da condição de trabalhadora rural, superar as desigualdades de gênero, conquistar espaço no movimento sindical e atuar na qualidade de dirigente. Indica, pois, a condição de sujeito político, protagonista de lutas sociais por reconhecimento, direitos, justiça, autonomia e igualdade.

A categoria mulher - normalmente associada aos papéis de mãe, esposa, filha - e a categoria sindicalista - associada a imagens de luta e liderança - tradicionalmente se associam na vida das mulheres a “[...] práticas de subordinação perante os homens e as direções” (ARTHUR, 2003, p. 407). Neste campo se entrelaçam os espaços público e privado numa dinâmica de discriminação e exclusão fundada nas assimetrias de gênero e hierarquias que autorizam o exercício do poder e a reprodução das desigualdades (Santos, 2001; Scott, 1995).

As mulheres entrevistadas, dirigentes nacionais da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e dirigentes estaduais (estas com sua identidade preservada) com tempos diferenciados de inserção no movimento sindical trazem significados comuns do ser mulher e sindicalista. Pisar o espaço sindical e se fazer dirigente integram uma construção coletiva, que faz emergir da tensão entre igualdade e diferença iniciativas e estratégias para sustentar a luta por reconhecimento, autonomia e igualdade.

As formas de inserção e as estratégias construídas pelas mulheres sindicalistas para garantir sua participação política sindical constituem o foco deste estudo, que busca compreender as relações construídas e identificar em que medida se renovam ou se limitam por velhas práticas, contradições, conflitos, tensões e desafios.

A trajetória das mulheres no sindicalismo rural foi acessada por meio dos anais de congressos promovidos pela Contag - a partir do 2º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em 1973 -, de publicações e pautas de reivindicações das marchas das margaridas, compondo com as entrevistas semi-estruturadas um conjunto de procedimentos próprios à metodologia qualitativa da pesquisa social.

ESTRATÉGIAS PARA CONSTRUIR A PARTICIPAÇÃO COM IGUALDADE

O sindicalismo rural se estruturou no Brasil a partir dos anos 50 e 60 como um espaço político de exercício masculino, cujas práticas sociais e cul-

tura política hegemônica não somente excluíram as mulheres trabalhadoras como as silenciaram, colocando-as na invisibilidade. Cerca de três décadas se passaram, desde a criação do movimento sindical de trabalhadores rurais, para que as mulheres conquistassem o direito de se sindicalizar.

A tradição masculina do sindicalismo rural se situa num contexto em que a invisibilidade das mulheres no mundo do trabalho e sindical é generalizada, e de acordo com Lobo (2011) se reproduziu historicamente no discurso sociológico ao tratar a classe social sem se referir ao sexo dos atores sociais. A ampliação da força de trabalho feminina e a sindicalização das mulheres operárias eram um fato, mas somente com o movimento social nas ruas foi possível sacudir “[...] as veneráveis estruturas da produção sociológica para que a variável sexo fosse incorporada em pesquisas e análises” (LOBO, 2011, p. 125). Ainda assim, estas permaneceram predominantemente sob a ótica masculina, e as mulheres passaram a ser objeto de uma sociologia específica, como se o lugar da produção a partir do qual se tratava a classe social fosse dissociado das relações sociais.

Em relação ao movimento sindical rural, essa situação não difere, e em geral a presença e a participação das mulheres somente são abordadas em estudos específicos. Nesse contexto, é essencial identificar de que lugar se exercita o olhar pesquisador, de que perspectiva se constroem as aproximações do foco de estudo. Esse lugar, do engajamento político posicionado e identificado com a luta das mulheres, implica, segundo ARTHUR (2003, p.386), uma postura “[...] ativa, interpretativa e responsável [...]” e encontra ressonância e embasamento na construção feminista. Esta denuncia e busca superar o caráter “generalizado” do conhecimento hegemônico, que se constrói em nome das supostas neutralidade e objetividade científicas (Harding, 1996). Nessa perspectiva a construção teórica feminista consistiu na melhor teoria crítica das ciências sociais a partir do final da década de 70, revelando as múltiplas faces da dominação e opressão, a exemplo da dominação patriarcal, e os/as múltiplos/as protagonistas de formas diferenciadas de resistência e luta (Santos 2001).

Em lugar da pretensa objetividade transcendente e universalista da ciência moderna, que opõe sujeito e objeto, a objetividade da perspectiva feminista se constrói com saberes histórica e socialmente localizados, parciais e corporificados (Haraway, 1995), o que nos impõe a responsabilidade de assumir o nosso lugar, o nosso olhar e o que dele se origina em termos de conhecimento, com suas possíveis implicações.

Isso significa assumir a produção do conhecimento compromissada com relações igualitárias e emancipatórias, o que passa por dar lugar à fala das mulheres, com sua experiência e sua própria leitura e interpretação dessa experiência. Somente dessa perspectiva podem as mulheres ser reconhecidas como legítimas protagonistas de uma história que ainda permanece silenciada e num lugar de invisibilidade social. Uma história situada e datada, tecida por trajetórias individuais e coletivas, por sonhos, esperanças, plataformas e bandeiras de luta, que a um só tempo integram e expressam contextos socio-políticos diversos.

Nos anais do 2º e 3º congressos de trabalhadores rurais promovidos pela Contag nos anos de 1973 e 1979, respectivamente, é recorrente a referência à mulher como “esposa do trabalhador”. Nestes congressos em que a participação de mulheres delegadas não ultrapassou 1%, a categoria aparece

representada pelo “homem do campo” e “trabalhador rural”. O 3º Congresso defende a aposentadoria da mulher como um direito que lhe é devido como esposa do trabalhador “[...] desde que prove sua atividade rural junto à família” (Contag, 1973).

Em meados da década de 70, contexto de resistência e luta contra a repressão e o regime ditatorial, os movimentos de mulheres e feministas se organizam no Brasil, o que se intensifica na década de 80. O ano de 1975, instituído pela ONU o Ano Internacional da Mulher, inaugura um decênio de expressivas lutas feministas, apoiadas em reflexões sobre a discriminação fundada na diferença sexual e nas especificidades da condição da mulher.

No Brasil, registram-se diversas lutas relacionadas às condições de vida e reprodução social (creches, transporte, habitação, contra a carestia), e no mundo do trabalho destaca-se uma “dupla angulação” nas reivindicações - contra as discriminações por sexo nos locais de trabalho (salário, segregação ocupacional, falta de assistência à gestante) e contra as desigualdades na participação e no exercício da política sindical (Cappellin, 1994).

Os movimentos de mulheres e feministas, que se influenciaram mutuamente, no contexto de emergência das lutas sociais trarão novos temas relacionados ao cotidiano, ao espaço privado, ao mundo reprodutivo e à superação das desigualdades. A igualdade de direitos num contexto de lutas por liberdades democráticas determinou uma forte associação entre democracia e cidadania e teve seu caráter formal tratado na Constituição de 88.

O movimento sindical de trabalhadores rurais, predominantemente masculino, terá sua configuração questionada nos anos 80, contexto de efervescência política, de lutas pela democratização do país, de emergência de novos sujeitos políticos e movimentos sociais, de consolidação da “segunda onda” do feminismo e do que se chamou “novo sindicalismo”.

Pela ação dos movimentos sociais a política passa a ser exercida para além das fronteiras da institucionalidade, expondo conflitos e contradições tradicionalmente atribuídos à esfera privada e ao mundo relacionado à cultura. Assim, tornaram públicas e politizadas diversas formas de opressão e dominação que questionaram a ideia de atores centrais ou únicos e trouxeram à cena pública a diversidade de atores coletivos (Santos, 1997).

A criação das centrais sindicais, especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), defensora do sindicalismo autônomo, democrático e de base, expressa esse novo momento político. No campo registra-se a emergência de novos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros, fortemente estimulados pela ação política organizativa das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde se formaram novas lideranças sindicais.

Mulheres de diferentes origens e categorias passaram a ocupar, de forma organizada e articulada, os espaços públicos com uma ampla agenda política de lutas por direitos, cidadania e igualdade de oportunidades, com forte influência dos movimentos feministas. O enfrentamento aos padrões sexistas marcados por diferentes formas de opressão e discriminação se traduziu em diversas frentes de lutas, de creches à igualdade de direitos no mundo do trabalho, orientadas pelos ideais de igualdade e autonomia para as mulheres.

As mulheres trabalhadoras rurais tiveram presença e participação no contexto de lutas democráticas marcadamente no processo que culminou

com a criação da CUT em 1983 e no 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em 1985. Reivindicando o direito de sindicalização e participação no movimento sindical independente de pai, irmão ou marido, apresentaram e fizeram aprovar durante o 4º Congresso moção de apoio à sindicalização feminina (Abramovay e Silva, 2000; Cappellin, 1994). A associação ao sindicato significava enfrentar a exclusão, conquistar um espaço tradicionalmente masculino e lutar pelo reconhecimento e por direitos como trabalhadora rural.

A participação das mulheres como delegadas ao 4º Congresso passou pouco dos 2%, mas foi muito expressiva ao se manifestar em relação à baixa participação sindical e à dupla discriminação como mulher e trabalhadora. A reivindicação por igualdade salarial e a denúncia do não reconhecimento da trabalhadora rural na legislação previdenciária foram destacadas nesse congresso, que aprovou uma moção reivindicando o reconhecimento da mulher trabalhadora rural agricultora em regime de economia familiar (CONTAG, 1985).

A participação política das mulheres rurais em diferentes espaços e movimentos se estendeu às lutas durante o processo constituinte, favorecida pelo forte estímulo das Comunidades Eclesiais de Base com significativa capilaridade e atuação nas comunidades rurais. (Magalhães, 2008; Abramovay e Silva, 2002; Contag, 2002).

O que havia de novo não era somente a presença organizada das mulheres trabalhadoras rurais na luta por direitos sociais, mas “[...] a extraordinária capacidade de ampliar as dimensões constitutivas da identidade dos trabalhadores, de renovar as antigas bandeiras de luta, de propor a construção de novos direitos” (CAPPELLIN, 1990, p.19).

As trabalhadoras rurais integraram as lutas sindicais com reivindicações próprias, trazendo novas temáticas para a plataforma sindical. Ampliaram o debate sobre a reforma agrária, seu acesso à terra e direito à titularidade; propuseram a gestão compartilhada da unidade produtiva e o acesso às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. O que, então, reivindicavam era “[...] a revisão dos papéis sociais tradicionalmente impostos pela visão patriarcal-machista que sempre as consideraram como mães de..., esposas de..., filhas de agricultor, e não como agricultoras” (CAPPELLIN, 1990:20).

As trabalhadoras desencadeiam uma crescente dinâmica de participação, que marca sua entrada no mundo dos direitos e da cidadania, com expressiva presença no processo constituinte, na luta pelo direito à propriedade, aposentadoria, salário-maternidade e outros. Com essa atuação passaram a questionar as fronteiras estabelecidas entre as esferas familiar e produtiva, entre privado e público.

A construção feminista, ao trabalhar a categoria gênero para analisar as relações sociais, expôs a lógica da divisão sexual do trabalho, naturalizada de forma hierárquica na sociedade, identificando a mulher com a função reprodutiva e com o espaço privado. Tornou possível compreender as razões da invisibilidade e desvalorização do trabalho da mulher rural na esfera reprodutiva e de cuidados, e principalmente na agricultura. Este, quando muito, considerado uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino. Essa situação, que ainda se reproduz na atualidade, limita o acesso das trabalhadoras rurais aos direitos sociais, e concorre para reproduzir as desigualdades, tanto na agricultura familiar como no trabalho assalariado, excluindo as mulheres rurais do mundo sindical e da cidadania.

A questão da igualdade no centro dos movimentos de mulheres traduziu-se na proposição “igualdade de oportunidades na vida e no trabalho”, que, inicialmente limitada aos marcos da concepção liberal por não tratar a divisão sexual do trabalho e as relações de poder que estruturam as desigualdades de gênero, seria ampliada e qualificada.

No âmbito do sindicalismo rural, as mulheres davam passos decisivos para trazer a luta por igualdade para o centro da sua ação. A criação da Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, em 1989, ainda que vinculada à vice-presidência da Contag, foi um passo fundamental para o avanço da organização articulada das trabalhadoras rurais em nível nacional. Nessa época, em alguns estados e municípios a participação e a organização sindical das mulheres rurais já haviam alcançado forte expressão (Contag, 2002).

A década de 90 inaugura um novo período no sindicalismo rural, marcado pela construção de formas organizativas próprias, como as comissões municipais e estaduais de mulheres, e pela forte reivindicação de participação nos cargos de direção. A sindicalização das mulheres, fortemente estimulada pelo movimento sindical, entretanto, não significava o reconhecimento daquele espaço como também das mulheres. A sindicalização das mulheres que resultara de luta por reconhecimento, direitos e igualdade não poderia conviver com o poder que defendia os direitos de uma categoria ainda representada pelo “homem do campo”, “trabalhador rural”, e que reproduzia a discriminação e a exclusão das mulheres.

Durante o 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1991, com 8% de delegadas, o debate resulta no propósito de investir na participação das mulheres nos cargos de direção, nos espaços de deliberação, e estrategicamente nas comissões de mulheres e na formação política. Vencer a opressão das mulheres foi considerado essencial à construção de uma sociedade justa e igualitária, e resultou no compromisso de adotar a perspectiva das relações sociais de gênero para compreender a reprodução das desigualdades e o controle do capitalismo sobre os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Questões do cotidiano das trabalhadoras, como as formas diferenciadas de violência, consideradas questões políticas, apontaram a necessidade de superar as resistências do próprio movimento em tratá-las. A adoção de um plano de lutas para a garantia de direitos (terra, igualdade salarial, aposentadoria, salário-maternidade, creches, saúde, educação) e o enfrentamento de todas as formas de violência e discriminação, inclusive aquelas praticadas no interior do movimento sindical, integraram as deliberações do 5º Congresso (Contag, 1991).

A iniciativa de organização das mulheres em movimentos próprios, também chamados movimentos autônomos, já era uma realidade, e o 5º Congresso deliberou por “[...] reconhecer a importância, respeitar o movimento autônomo de mulheres e construir uma política de alianças, a fim de fortalecer a luta de classe e gênero” (Contag, 1991).

Todas essas deliberações ainda estavam longe de serem operadas na prática, e a participação das mulheres no movimento sindical na qualidade de dirigentes demandaria alguns anos de organização e luta. Nessa época as mulheres ocupavam apenas cargos de suplência na direção da Contag, e no Conselho Deliberativo a sua participação permanecia minoritária e de pouca expressão.

Em outros contextos o debate político sobre a participação política e sindical das mulheres não somente estava colocado, mas se fortalecera no cenário

nacional. Em 1993 a CUT, após 10 anos de sua criação, aprovava a política de cotas, garantindo o mínimo de 30% de mulheres nos cargos de direção, medida esta já adotada em 1991 pelo Partido dos Trabalhadores – PT (Delgado, 1996).

Em abril de 1995 a Contag realiza o 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais com a participação de 13% de mulheres entre 2000 delegados. Neste Congresso foi aprovada a filiação da Contag à CUT, e os seus anais revelam alguns avanços nos debates e deliberações relacionadas às questões das mulheres. O trabalho da mulher, tanto no âmbito doméstico como na produção agropecuária, é ressaltado em sua importância para a economia familiar. Destaca-se a proposição de realizar campanhas de documentação como medida para o reconhecimento da trabalhadora, e seu acesso aos direitos sociais, principalmente previdenciários. Vale registrar que não há deliberações específicas voltadas ao acesso das mulheres a políticas de apoio à produção, o que viria a se colocar somente a partir de 1998.

No tocante à participação sindical o 6º Congresso revelou uma forte contradição em relação às mulheres. Por um lado, deliberou sobre o fortalecimento da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com regulamentação estatutária, recursos, representação no Conselho Deliberativo da Contag e liberação da coordenadora nacional. Por outro, deixou marcada a exclusão das mulheres do processo de negociação e composição da chapa para eleição da nova diretoria da Contag, como registrado em Nota de Repúdio (Contag, 1995).

Mas se as mulheres não alcançaram a participação na direção executiva da Contag, com sua persistência organizativa em novembro de 1995 definiram a primeira coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Margarida Pereira, do Estado de Pernambuco, que teria direito a voz e voto na diretoria executiva e no Conselho Deliberativo. O contexto, ainda bem restritivo à participação das mulheres na direção, mantinha a coordenação de mulheres vinculada formalmente à Secretaria de Política e Formação Sindical, com um diretor à sua frente. Margarida Pereira, conhecida por Ilda, expressa a dimensão da sua dificuldade ao chegar para assumir a coordenação de mulheres.

(...) porque se chegasse todo mundo ao mesmo tempo na direção, mas imagina a gente chegar onde já tinha começado o mandato daquela direção! (...) porque eu tive assim, uma crise de perder a voz praticamente, na minha chegada à Contag. Deu um branqueiro de voz (...) acabou eu ficar sem falar e eu tive que fazer terapia e umas aulas com fonoaudióloga. (Margarida Pereira)

Em que pesem essas limitações tratava-se de uma conquista das mulheres, que não sem dificuldades inauguravam um novo tempo no sindicalismo rural. A partir desse período a participação sindical não somente foi ampliada, como se fortaleceu a organização, por meio das comissões e realização de encontros, seminários e plenárias nacionais. De acordo com Abramovay e Silva (2000), citando o relatório da Pesquisa sobre o Diagnóstico da Organização Sindical, CUT/Contag (1998), registrou-se à época uma significativa ampliação da participação sindical das mulheres, porém sem expressão nos cargos de direção, que se ocupados não passavam das suplências ou cargos com pouco poder para influir nas decisões.

Na perspectiva de avançar para além do discurso da igualdade já assimilado pelo sindicalismo rural e reconhecer e assegurar seu espaço, as trabalhadoras rurais deflagraram uma ampla luta pelas “ações afirmativas”, especialmente a política de cotas, tendo como referência a aprovação dessa política no âmbito do Partido dos Trabalhadores e da CUT, em 1991 e 1993, respectivamente, após um longo período de intensos debates (Delgado, 1996).

O empenho nos processos organizativos e de mobilização foi desencadeado pela ação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em todo o país e tinha no centro do debate a participação nos cargos de direção por meio da adoção da política de cotas. Esse esforço resultou na participação articulada das mulheres no 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em abril de 1998, então com mais um T de trabalhadoras em sua sigla – CNTTR.

A mobilização para o Congresso comprova que houve, efetivamente, um aumento da participação das mulheres sindicalizadas nas últimas décadas e estas colocam uma marca de gênero com discussões sobre o poder, sexualidade, direitos reprodutivos, trabalho, cidadania e outros temas que têm subvertido a ordem de discussão nos sindicatos, debatendo a democratização das relações e estrutura de poder (ABRAMOWAY e SILVA, 2000, p. 361).

A delegação deste Congresso com 42% de mulheres comprovou todo o investimento das trabalhadoras rurais no processo preparatório ao Congresso. Duas “fortes questões” em debate foram aprovadas: a política de cotas para a participação das mulheres na direção e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), que previa em seus princípios a importância das mulheres no processo de desenvolvimento e a superação das desigualdades de gênero. O enfoque na agricultura familiar em lugar do pequeno produtor trouxe ao debate o papel da mulher e dos jovens na economia rural, bem como a dinâmica das relações estabelecidas no interior da unidade familiar de produção.

A política de cotas que integra as ações afirmativas, também conhecidas como ações positivas ou medidas pró-ativas, foi adotada pelos movimentos de mulheres como estratégia para avançar na luta por igualdade de oportunidades e enfrentar questões relacionadas à democracia e igualdade de direitos. Desse modo se contrapõe a uma visão de igualdade formal estritamente fundada na definição de direitos e deveres iguais, independente das condições e relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres (Godinho, 1996).

A aprovação da cota de no mínimo 30% de mulheres na direção da Contag durante o 7º Congresso dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais garantiu a participação de três mulheres na diretoria executiva, nos cargos de coordenadora de mulheres, diretora da secretaria de políticas sociais e diretora da secretaria de formação e organização sindical.

A ampliação da política de cotas às federações, sindicatos e instâncias de deliberação, assim como a participação de 50% de mulheres em todos os espaços de formação, se tornaria obrigatória por deliberação do 2º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em outubro de 1999.

A necessidade da política de cotas ainda hoje é consenso entre as mulheres como estratégia para garantir a sua participação nos cargos de direção.

Eu acredito que um dos fatos, uma das oportunidades que me deu de estar hoje representando meu estado, meu município, minha comunidade, foi a inserção das cotas. Por mais que a gente seja hoje maioria no mundo, mas ainda somos a minoria em cargos representativos. (Diretora Estadual)

(...) Se não fossem as cotas, se não tivesse essa obrigação que foi definida em congresso eu tinha certeza que a nossa federação era toda masculina, toda masculina. (Diretora Estadual)

O consenso sobre a necessidade da política de cotas se constrói num campo de tensões entre igualdade e diferença, no qual se articulam as dimensões individual e coletiva e tem lugar a emergência da identidade coletiva e política de mulher trabalhadora rural. Dirigentes mais recentes no movimento revelam que a princípio não atribuíam sua participação na direção à política de cotas e ressaltam a importância dessa compreensão.

Hoje eu sempre digo que eu cheguei ao movimento sindical num momento bom, que já tinha aprovado a cota, que é uma grande estratégia. Eu sempre dizia que tinha ido para o sindicato, que não era pela cota, mas um dia eu descobri que era... e me senti mais fortalecida, como mulher, como trabalhadora. (Diretora Estadual)

Na dinâmica das tensões para fazer valer sua participação, as mulheres adotaram as cotas como uma afirmação da diferença no contexto de luta por igualdade. Nesse contexto, igualdade e diferença, grupo e indivíduos, não se opõem, mas se apresentam em permanente tensão, como num paradoxo chamado por Scott (2005) "enigma da igualdade".

"[...] a ação afirmativa foi já em sua articulação inicial uma política paradoxal. Visando a acabar com a discriminação, não apenas chamou a atenção para a diferença, como a abraçou" (SCOTT, 2005, p. 23).

As políticas afirmativas, contrariando os princípios liberais da igualdade, ainda que em sua origem assentadas sobre eles, acabam por reconhecer que os indivíduos não são iguais não apenas como indivíduos, mas como grupos. Estes guardam distinções categóricas que resultam em identidades de grupo. As tensões entre igualdade e diferença, longe de serem abordadas como "escolhas morais e éticas intemporais", devem ser contextualizadas para que se apreendam suas incorporações políticas específicas (Scott, 2005).

A construção social do gênero tão cara à luta das mulheres não advoga simplesmente a igualdade entre os sexos, mas reconhece as diferenças entre estes como a expressão de uma convivência social mediada pela cultura. Trata-se, portanto, de não pensar isoladamente a diferença e a igualdade, para de outro modo não reproduzir a tendência de absolutizar a cultura. Nessa perspectiva, diferença e igualdade compõem um todo e não haveria sentido para a igualdade se não fosse o respeito à diferença (Saffioti, 1994).

No contexto das lutas contra a exclusão, por reconhecimento e direitos, pelo acesso a recursos materiais e simbólicos, as mulheres trabalhadoras rurais fizeram aprovar a política de cotas como um investimento estratégico a depender de um conjunto de estratégias complementares para dar susten-

tação política e fortalecer as mulheres no exercício político sindical, dentre as quais se destaca o investimento em formação.

A cota é a porta de entrada. (...) A principal estratégia que as mulheres rurais da Contag tiveram foi investir na organização política. Porque sem ela nós não tínhamos chegado a lugar nenhum. Investimento nas organizações de base, nas comissões municipais, nas comissões estaduais, na formação política. (Carmen Foro – Diretora da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag – 2005/2013)

O exercício do mandato político num espaço tradicionalmente masculino requer a construção de espaços próprios no qual as mulheres possam se expressar livremente, debater a plataforma política e se preparar para os embates no espaço misto. As comissões de mulheres representaram esse lugar, como um “porto seguro”, e atividades específicas como encontros, seminários, plenárias e cursos de formação política compõem um conjunto articulado de ações estratégicas, para fazer valer a diferença na luta pela igualdade, e a igualdade no reconhecimento à diferença.

Raimunda de Mascena, diretora da Contag na coordenação de mulheres no período de 1998 a 2004, destaca a importância da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais como um espaço privilegiado de fortalecimento identitário e de construção de estratégias coletivas para a sustentação das mulheres frente às práticas de hostilidade, desqualificação e reprodução das desigualdades.

As transformações operadas pelas mulheres no sindicalismo rural, especialmente ao trazerem novos temas à agenda político sindical, refletem as mudanças nos contextos sócio-históricos, particularmente no meio rural, como nos deslocamentos nas fronteiras rural/urbano, nas mobilidades identitárias e reconfigurações nas relações de poder.

A categoria mulheres trabalhadoras rurais compõe uma diversidade de identidades, que se relaciona à natureza e às relações no trabalho – assalariadas, extrativistas, pescadoras, quilombolas, quebradeiras de coco, assentadas, agricultoras familiares, de comunidades -, que se constrói e se expressa em espaços diversos – doméstico/familiar, movimentos sindical e autônomos e arenas de participação política e social, como aquelas instituídas pelo Estado. Na defesa de direitos sociais, de políticas públicas as mulheres rurais passaram a desenvolver práticas articulatórias. Nessa perspectiva, as mulheres rurais sindicalistas tiveram a iniciativa de realizar a Marcha das Margaridas no ano 2000, como uma grande estratégia articulatória e organizativa, construída em parceria com movimentos autônomos, feministas, centrais sindicais e organizações internacionais.

Com o lema “Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”, mesmo lema da Marcha Mundial das Mulheres, sinal de ação articulatória, a Marcha das Margaridas mobilizou milhares de mulheres em todo o país para denunciar a situação de pobreza e exclusão agravadas pelo modelo neoliberal e apresentar suas reivindicações ao governo federal. A Marcha das Margaridas, assim denominada por representar um legado e uma deferência à líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983, se consolidou na agenda sindical e dos movimentos de mulheres. O impacto gerado com a realização da Marcha das Margaridas repercutiu no 9º Congresso realizado em 2001, no qual

as mulheres se sentiram mais respeitadas em suas intervenções.

Outras marchas se realizaram nos anos 2003, 2007 e 2011, já em contextos políticos mais favoráveis ao diálogo entre movimentos sociais e governo federal, o que se comprova pela crescente participação das mulheres em mesas de diálogos e negociação nos âmbitos do Executivo e Legislativo, e de forma mais permanente na esfera pública em conselhos, comitês, conferências e fóruns, expressando a forte articulação entre democracia participativa e o exercício da cidadania política e social.

No processo de construção da Marcha das Margaridas de 2007 as mulheres passaram a se autodenominar trabalhadoras do campo e da floresta, a partir de um processo intenso de debates e de construção identitária, na perspectiva de garantir o pertencimento, a inclusão e a representatividade das mulheres extrativistas e das florestas. Certamente, esse processo guardou tensões próprias às mobilidades identitárias, principalmente por deslocar a identidade de mulher trabalhadora rural, consolidada no âmbito do movimento sindical.

A Marcha das Margaridas 2011, ampliada em termos de articulação e parceria, em seu processo de construção abraçou o desafio de incluir, nomear a diversidade, e ao mesmo tempo ser capaz de construir uma plataforma e pautas unificadas. Um processo no qual sempre se coloca o risco de exclusão, de comprometimento de dimensões da pluralidade de situações e posições identitárias, como é o caso das mulheres indígenas, pescadoras, quilombolas e de comunidades tradicionais. Por outro lado, reside nessa diversidade o grande diferencial e desafio da Marcha das Margaridas enquanto ação promovida pelas mulheres do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Esses deslocamentos identitários e dinâmicas relacionais são abordados por Chantal Mouffe (1999) ao focalizar o que chama de “desconstrução das identidades essenciais” e uma política feminista que, ao invés de contemplar as mulheres como um todo homogêneo e coerente, as tenha na condição de múltiplas “posições de sujeito”, o que implica em múltiplas relações de subordinação e de poder, contra uma fonte única de ação.

Tal perspectiva, antes de resultar em fragmentação comprometedora das lutas democráticas e dos princípios de igualdade e liberdade, os fortalece num campo de articulações de várias formações discursivas, de modo a possibilitar uma cadeia de equivalências entre diferentes lutas e reivindicações. Portanto, não se trata de vínculos a priori, mas da construção de articulações como “[...] vínculos históricos, contingentes e variáveis entre diferentes posições de sujeitos” num campo diverso, instável e mutável, que resulta da capacidade articulatória e de movimentar fronteiras (MOUFFE, 1999, p. 33).

Os elementos apresentados por Mouffe se situam numa vasta e complexa discussão sobre o processo de redefinição das identidades coletivas e o estabelecimento de novas fronteiras políticas que se consolida nas últimas décadas. Esse debate integra o projeto político que se define a partir do desafio do multiculturalismo denominado “democracia radical”, no qual articula identidade e cidadania (Mouffe, 1999).

A ação sindical das mulheres rurais avança, mas encontra enormes barreiras numa estrutura conservadora e masculinizada na qual novos desafios se apresentam, expondo as assimetrias de gênero que estruturam o poder sob a batuta masculina, limitam a participação das mulheres e compro-

metem a democracia. As relações sindicais construídas pelas mulheres numa perspectiva emancipatória se desenvolvem no interior das relações de poder “[...] não como o resultado automático de qualquer contradição essencial, mas como resultados criativos de contradições criadas e criativas” (SANTOS, 2001, p. 269).

Nessa perspectiva a participação das mulheres na direção do movimento sindical se traduz num exercício cotidiano de luta por autonomia política e liberdade para propor e agir.

Então isso aí é uma das coisas, a de estar nos cargos. Não adianta também a gente falar, falar de toda essa emancipação e tal se nós também não ocuparmos os cargos, se a gente for sempre depender de alguém que diga o que nós queremos dizer. (Diretora Estadual)

Refletir sobre o que é o poder masculino, como se manifesta e como conviver com ele e enfrentá-lo se impõe como estratégia essencial nas relações cotidianas que se traduzem em tensionamentos e formas diferenciadas de interação, onde o enfrentamento direto pode não ser a melhor alternativa, cabendo o recurso ao diálogo e à negociação. E o poder se exerce de formas diferenciadas no sentido de se afirmar e impedir a autonomia política das mulheres.

QUE DEMOCRACIA? TENSIONAR PARA CONSTRUIR

A trajetória de participação e luta contra as desigualdades, por reconhecimento, participação sindical, direitos civis, sociais e políticos, construída pelas mulheres rurais significa uma demanda por cidadania integral. Construída em pouco mais de duas décadas, se insere num processo histórico, situado e datado, de emergência de movimentos sociais com demandas diferenciadas, nem sempre convergentes, que revela a expansão da perspectiva democrática e o caráter multidimensional da cidadania (Matos, 2007).

O protagonismo político sindical e social das mulheres rurais se constrói, portanto, a partir de um contexto favorável à conquista da cidadania integral e ativa, à construção de novas identidades coletivas e novos espaços de prática democrática. Os novos movimentos sociais que emergiram no contexto das lutas democráticas dos anos 80 desencadearam lutas de caráter emancipatório, de reinvenção da democracia, que representam as bases da “ampliação do cânone democrático” (Avritzer e Santos, 2003).

A democracia reinventada pelos movimentos sociais questionou profundamente a institucionalidade política e não apenas ampliou a noção de direitos, mas para além da democratização do regime político propôs a ampla democratização da sociedade. Nessa perspectiva se colocou a necessária transformação das práticas culturais que reproduzem as relações sociais de desigualdade e exclusão (Dagnino, 2000:84).

Situam-se nesse campo as lutas contra o sexismo e as discriminações fundadas nas assimetrias de gênero, que integram a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência moderna que universaliza e naturaliza as diferenças. Os estudos e movimentos feministas, no exercício de crítica à modernidade, não somente expuseram a dominação patriarcal como tornaram de longo al-

cance as mobilizações e lutas emancipatórias, dando lugar ao que se chamou nova cidadania (Santos, 1997).

As conquistas das mulheres no campo dos direitos civis, sociais e políticos representam, sim, a ampliação da democracia, mas não são irreversíveis e tampouco plenamente realizadas, conduzindo, por isso, a novas lutas democráticas e novas formas de exercício da cidadania (Santos, 1997, p. 263).

Democracia e cidadania estão, portanto, dinamicamente interligadas, principalmente da perspectiva das lutas emancipatórias por reconhecimento e distribuição, o que implica na sua ampliação simultânea, ou seja, para que a cidadania se faça de forma integral e ativa é necessário que a democracia se amplie, e vice-versa, como nos termos “democratizar a democracia” (Matos, 2009; Avritzer e Santos, 2003).

A interligação e simultaneidade entre democracia e cidadania favorece a compreensão da dinâmica e do significado das lutas sociais e especialmente da organização e luta das mulheres rurais. No entanto, é preciso destacar que se trata de conceitos distintos que, embora “[...] guardem nexos estreitos entre si, recobrem amplitudes diferentes da vida social” (MATOS, 2009, p. 21).

As lutas por democracia e cidadania, especialmente aquelas protagonizadas pelos movimentos de mulheres e feministas, trouxeram o necessário reconhecimento da dimensão das desigualdades fundadas nas diferenças sexuais e de gênero e cobrem um amplo espectro de concepções, bandeiras de lutas, conquistas e desafios. Emergem da esfera privada, reservada às diferenças culturais, expondo a lógica do poder patriarcal que se manifesta na reprodução da divisão sexual do trabalho e em diversas formas de opressão e subordinação. Resulta dessa lógica a invisibilidade em que foram colocadas as mulheres rurais e sua histórica exclusão social e política, que no âmbito das lutas feministas se traduziu, especialmente, na afirmação do caráter político da esfera privada e do âmbito pessoal, expresso no slogan “o pessoal é político”.

No contexto das lutas emancipatórias sociais e feministas as noções de político e de política são reconfiguradas, revelando o político associado a múltiplas expressões de antagonismos que se fazem presentes nas relações sociais e nas diversas formas de opressão às mulheres, e a política voltada para estabelecer “[...] uma ordem, organizar a coexistência humana em condições que são sempre conflituosas porque atravessadas pelo político” (MOUFFE, 1999, p. 270).

Nessa perspectiva a relação entre o político e a política na contemporaneidade se manifesta nos desafios da cidadania justa e inclusiva, de que nos fala Matos (2009), e enseja um campo vasto e complexo de dimensões da cidadania ao qual correspondem diferentes subjetividades, num “mosaico identitário”. As tensões entre o individual e o coletivo, entre diferença e igualdade, se situam nesse campo “[...] atravessadas por dimensões múltiplas que são acionadas, contingencialmente, por necessidades políticas” (MATOS, 2009, p. 24).

As chamadas ações afirmativas, como um conjunto de estratégias para vencer a exclusão das mulheres dos espaços de participação, evidenciam, por um lado, a aceitação da diferença que as justifica e, por outro, rejeitam essa diferença, que resulta de histórica discriminação (Matos, 2007, p. 465 - 476; Scott, 2005). A aplicação da política de cotas para as mulheres revela, pois, a um só tempo conquista de espaço, reconhecimento, participação política, e a

existência de desigualdades e restrições à sua participação.

A trajetória das mulheres rurais, aqui focalizada, questiona a democracia no espaço sindical e reivindica a ampliação da cidadania para além de valores formais, de modo a abranger valores existenciais, humanos, relacionados ao caráter multidimensional de que nos fala Matos (2009). Revela resistências e enfrentamento às desigualdades, às relações de poder restritivas à sua participação, indicando um campo de tensões permanente, que se manifesta em diferentes e diversas práticas relatadas pelas entrevistadas.

Ao narrarem aspectos da sua vida sindical que integram dimensões subjetivas, materiais e simbólicas, as mulheres revelam que a experiência não fala por si, ela é uma interpretação, ao mesmo tempo em que precisa de interpretação (Scott, 1999, p, 48). Assim, entende-se a necessidade de significar os atos de poder para que possam melhor ser enfrentados e transformados nos marcos de uma “nova gramática democrática” que acolha as mulheres em suas lutas emancipatórias e lhes assegure o exercício da sua cidadania social e política.

Se a gente avaliar tudo o que outras companheiras passaram para iniciar, para entrar pra dentro, porque antes era fechado totalmente e não queriam deixar nós entrar, mas avaliando hoje mesmo, ainda é muito difícil. Muita coisa ainda é mascarada. Hoje apresenta que existe a igualdade e isso não é só dentro do nosso movimento é na sociedade em geral, mas não é bem assim. (Diretora Estadual)

A resistência masculina à presença das mulheres no espaço sindical se revela nos constrangimentos a elas impostos com questionamentos à sua condição e à sua capacidade para assumir cargos de direção, recorrentes na experiência de participação política das mulheres. Em geral, as posições que se prestam a combater a política de cotas utilizam o argumento da competência das mulheres, tanto no sentido de afirmá-la e nesse caso não justificar a adoção da cota, quanto no sentido de negá-la e assim combater as mulheres nos cargos de direção.

Outros argumentos buscam esvaziar politicamente a adoção da cota e desqualificá-la como medida para corrigir as desigualdades no acesso ao poder, tratando-a como medida paternalista, meramente administrativa ou ainda uma arbitrariedade numérica que não condiz com os princípios da democracia e só faz fortalecer a discriminação às mulheres.

A democracia e a necessidade de superar as desigualdades integram a linguagem hegemônica do movimento sindical, expressas em documentos, publicações, discursos, deliberações, entretanto de modo geral as práticas não correspondem ao discurso, que acaba por mascarar as diversas formas de opressão e discriminação às mulheres.

É feio detonar as mulheres em público, mas as mulheres continuam sendo detonadas nos bastidores, (...) as mulheres continuam sendo detonadas na sua condição de participação, que não é igual, detonadas na sua pouca experiência aqui dentro, e questionada na sua qualidade e competência. (...) Então, eu posso dizer que a experiência aqui é uma experiência muito dura, muito dura, que trata da nossa visibilidade, da disputa das coisas que parece que não importam tanto, mas importam muito. (Carmen Foro)

As práticas contradizem o discurso ao negar ou restringir o acesso aos recursos materiais, não materiais e simbólicos, essenciais à realização das ações previstas na agenda política das mulheres, que é uma agenda do movimento sindical. Nas relações de poder há um profundo entrelaçamento entre desigualdade material e não material, principalmente quando se trata do desenvolvimento de capacidades representacionais/comunicativas e expressivas, “[...] de oportunidades e de capacidades para organizar interesses e participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas” (SANTOS, 2001, p. 267).

Nessa linha de discussão podemos encontrar em MATOS (2007, p. 465) uma referência à “[...] lógica complexa e complementar entre demandas de redistribuição e de reconhecimento [...]” que estão na base das ações afirmativas. A referida autora orienta essa discussão a partir da construção teórica de Nancy Fraser, que traz em seu paradigma bidimensional de justiça social a articulação entre redistribuição e reconhecimento, que enseja a perspectiva de novas identidades e o que chama “pluralismo democrático”. O reconhecimento não se efetiva sem a democratização dos recursos materiais e simbólicos.

Práticas diversas de opressão ou de dominação geram “[...] diferentes formas de resistência, de mobilização, de subjetividade [...]”, em processos nos quais se constroem identidades coletivas e noções diferenciadas de justiça. Essas diferentes formas de resistência, mobilização e subjetividade são lutas emancipatórias, que engendram a ampliação de círculos de reciprocidade num campo de tensões entre igualdade e diferença, entre “[...] a exigência de reconhecimento e o imperativo da redistribuição.” (SANTOS, 2003, p. 61).

O que se apresenta de modo recorrente nas entrevistas quando se trata do cotidiano e das relações estabelecidas no movimento sindical são atos de poder exercidos de maneiras diferenciadas, que invariavelmente utilizam argumentos objetivos relacionados à operacionalidade das ações pelas mulheres com o intuito não apenas de restringir a ação. Na verdade o alvo são as mulheres em seu protagonismo político, e o objetivo é negá-lo, impedi-lo, esvaziar seu conteúdo político e desqualificar as mulheres.

(...) um dos principais desafios que nós temos que enfrentar é a questão da violência, dentro do próprio movimento, porque uma coisa é nos termos avançado e termos tido muitas conquistas, mas não chegou aos espaços que nós estamos ainda (...) é você saber que o espaço é seu, que você vai assumir, mas não ter igualdade no mesmo espaço. (...) Quando há uma possibilidade de você fazer algo e que alguém tenta tirar você daquele rumo dizendo prá você algumas dificuldades que na verdade só existem para aquele grupo oposto, não para você e seu grupo, é um tipo de violência muito grave. Por quê? Te deixa fraca, te deixa vulnerável, você começa a pensar que você não é capaz. Então isso no movimento sindical é o mais atual, é o que mais acontece. (...) Eu sinto isso o tempo todo na federação. É uma violência política, ela é uma violência que eu até acho que ela acaba refletindo para o movimento no geral. (Diretora Estadual)

A entrevistada refere-se a um conjunto de atitudes, de modos de se relacionar no movimento sindical, e por meio de vários exemplos revela que variam de formas veladas a formas diretas de desqualificar a presença e atu-

ação das mulheres no espaço sindical, ao que chamou “violência política”. A sua recorrência nas entrevistas e como são generalizados para todos os espaços do movimento sindical, seja Contag, Federações e Sindicatos, sugere a existência e reprodução de uma “cultura política”.

Matos (2009) nos fala de uma cultura política na contramão das dimensões emancipatórias e da realização da cidadania política e social. Profundamente enraizada na sociedade, desde há muito concorre para os processos históricos de exclusão social, de regulação da cidadania pelo Estado, constituindo obstáculos à mobilização e à participação popular. Os elementos constitutivos dessa cultura política guardam “[...] em comum o fato de serem elementos da esfera privada que, transpostos ao público, construíram constrangimentos e limitações evidentes à conquista da cidadania em nosso país” (MATOS, 2009, p. 20).

A relação entre público e privado está na base dessa cultura política e compõe a lógica das assimetrias de gênero, como na relação produtivo versus reprodutivo, que não somente foram universalizadas, como as diferenças que representam foram naturalizadas e reificadas. Assim, público e privado, embora sejam esferas distintas, são inseparáveis, e na dinâmica social só podem ser compreendidos se tomados em sua relação. A esfera pública - historicamente associada à ideia de contrato social, de liberdade - e a esfera privada - à ideia de contrato sexual, de sujeição - correspondem ao espaço do masculino e feminino, respectivamente.

Saffioti (2004), citando Carole Pateman, trata de demonstrar que ambos os contratos, social e sexual, estão assentes no contrato original, fonte do direito patriarcal, de caráter masculino, que cria tanto a liberdade quanto a dominação, cujo objeto é a mulher. A dominação e a sujeição se reproduzem nas diferentes esferas como poder patriarcal (SAFFIOTI, 2004, p.53). Nessa perspectiva o patriarcado configura uma relação civil que historicamente vem assegurando o direito sexual dos homens sobre as mulheres; configura uma relação hierárquica que se reproduz em todos os âmbitos da sociedade; “[...] tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (SAFFIOTI, 2004, p. 57-58).

O debate teórico-conceitual realizado pela crítica feminista em torno das interpretações da relação entre público e privado, principalmente aquelas da teoria liberal na qual encontram ancoragem os limites à ampliação da cidadania, quebram essa dicotomia demonstrando que o pessoal é, sim, político (Matos, 2009).

No campo das lutas sociais essa relação é profundamente questionada, e as fronteiras entre público e privado se mesclam, por força de uma tensão entre cidadania e subjetividade, fazendo emergir novas identidades que esvaziam a figura do cidadão liberal circunscrito à esfera pública, ao campo da política, onde não cabem diferenças de sexo, sexualidades, raças e etnias. Entretanto, o espaço sindical carrega e reproduz em sua cultura política elementos estruturantes da esfera privada e do poder patriarcal, como a divisão sexual do trabalho e a opressão e sujeição da mulher.

É como se a gente entrasse para ajudar, segue aquela mesma coisa do patriarcado, como que as mulheres são só ajuda... Como, por exemplo, nas atividades econômicas, que consideram que as mulheres só ajudam os homens como se elas não trabalhassem. (Diretora Estadual)

(...) Mistura como se fosse coisa particular. Ali a questão política vira questão particular e você não pode adentrar na vida íntima. No sindicato, parece que está tendo uma transferência da cozinha, do espaço doméstico, de casa para o sindicato. (Diretora Estadual)

A divisão do trabalho é mais forte, reproduzida dentro do movimento sindical, que nós somos combatedoras disso. (...) É como se tivesse tarefas que fossem próprias das mulheres e outras próprias dos homens. (Diretora Estadual)

Por força das alterações estatutárias aprovadas em congresso a maioria das entidades sindicais passou a adotar a cota mínima de mulheres nos cargos de direção e criou comissões ou secretarias de mulheres trabalhadoras rurais. Pois bem, há muitos sindicatos que não cumprem as deliberações e ainda estruturam sua direção em basicamente três cargos - presidente, tesoureiro e secretário. Nestes, mas não somente, alguns dirigentes se perpetuam na direção, e ainda há casos em que a direção é ocupada por membros de uma mesma família, que lidam no sindicato como se este fosse de sua propriedade. De fato, há uma variedade de situações pelo Brasil afora em 4100 sindicatos ligados ao chamado "sistema Contag".

Importa ressaltar que a existência das secretarias de mulheres é resultado de luta por participação e cumpre função primordial para garantir a agenda política das mulheres. Por outro lado há uma tendência geral no movimento sindical em circunscrever as questões das mulheres a estas e não considerá-las na perspectiva das relações de gênero, de modo a transversalizá-las na plataforma das demais secretarias - política e reforma agrária, política agrícola, meio ambiente, trabalho assalariado, políticas sociais. Contrariando deliberações de congressos, os temas das mulheres tendem a ficar circunscritos às secretarias de mulheres, que por sua vez ocupam um lugar bem menor na "hierarquia sindical".

Não é um espaço que tem o mesmo voto, que tem o mesmo poder, o mesmo espaço político. Então essa é uma coisa assim que parece que mudou, mas não mudou. Em alguns espaços pode ter mudado no debate, mas na hora da prática (...) ainda tem muitas dificuldades dessas relações. (Diretora Estadual)

Uma questão reveladora das estratégias do poder masculino refere-se à medida estatutária, em vigor na Contag, mas ainda não adotada pelo conjunto das federações e sindicatos, que diz respeito à renovação em 30% dos cargos da diretoria a cada mandato. Os cargos cujas direções são renovadas em geral são aqueles dirigidos pelas mulheres, o que comumente se dá em clima de forte pressão. Essa prática revela uma forte contradição como medida de democratização do movimento sindical, ao atingir as mulheres, e se transformar numa forma de enfraquecê-las politicamente e reproduzir o poder masculino.

As práticas que oprimem, discriminam e violentam as mulheres sindicalistas rurais estão disseminadas na cultura política do movimento sindical e, ainda que se reproduzam de maneira diferenciada em âmbito nacional, estadual e municipal, devem ser compreendidas em sua lógica comum em termos de reprodução das relações de poder.

Na Contag, as práticas que discriminam são mais veladas, e o discurso que apregoa a democracia e a igualdade é mais elaborado. Por força das conquistas efetivadas pelas mulheres em todas as atividades nacionais, audiências e atos públicos, a diretora da Secretaria de Mulheres faz uso da palavra ao lado do presidente. Ao “descer” para os estados, as Federações já apresentam um quadro político diferenciado, e as mulheres já encontram grandes dificuldades para fazer valer as deliberações de congressos que lhes asseguram condições iguais, como no valor da gratificação e nas condições necessárias para realizarem o trabalho político organizativo das mulheres. No caso dos sindicatos a situação se agrava, e os atos de violência se ampliam para casos recorrentes de assédio moral e, também, sexual.

(...) assédio moral é a coisa mais frequente, que tem desrespeito mesmo. Gritar a ponto de jogar lá embaixo. Isso acontece mesmo, não só com diretoras, mas com funcionárias, acontece direto. Assédio sexual (...) está lá com um processo que o Ministério Público já se manifestou e espero que dessa vez seja punido. (Diretora Estadual)

Os atos de violência contra as mulheres sempre permearam as relações no interior do movimento sindical e, de acordo com alguns depoimentos, re-crudesceram com a maior participação e crescimento político das mulheres. Por outro lado, as mulheres buscam enfrentar essa realidade combinando diferentes estratégias, conforme a natureza do ato de poder/violência, reconhecendo sua dimensão pessoal, coletiva e política, apoiando as companheiras vítimas de violência e estimulando-as a fazerem denúncias. Assim, o tema da violência se destaca na plataforma política das mulheres em duas vertentes: a violência doméstica e familiar e a violência no movimento sindical, como manifestações do poder, da cultura patriarcal e machista. E o seu enfrentamento entende-se que deva ser tratado como responsabilidade da sociedade e do Estado.

Pesquisa realizada pela Secretaria de Mulheres da Contag com 532 mulheres sindicalistas durante a realização da 4ª Plenária Nacional, em 2008, revelou resultados impactantes: 33,2% declararam ter sofrido recentemente algum tipo de violência em eventos e atividades do movimento sindical (44,1% humilhação; 38% piadas ofensivas; 28,4% queimação política; 23,1% desqualificação; 15,3% isolamento; 7% ameaças; 3,5% agressão física; 1% violência sexual). Quando perguntadas sobre a forma como reagiram aos atos de violência, 38% enfrentaram o agressor; 22% denunciaram em assembleia ou reunião; 7% denunciaram à Fetag, 2,2% à delegacia, 0,4% à Contag e 27% permaneceram caladas.

A Marcha das Margaridas, desde a sua primeira mobilização em 2000, além de apresentar pautas de reivindicações ao Estado, tem apresentado pautas internas, dirigidas ao próprio movimento sindical. Estas focalizam, dentre outros pontos, o cumprimento das medidas que garantem o exercício sindical das mulheres, como a política de cotas e a garantia dos recursos materiais e não materiais, a formação política, o combate a todas as formas de violência e o funcionamento efetivo das comissões de ética.

Ao olharmos para esse contexto sindical a partir da trajetória e experiência das mulheres, associada à perspectiva da cidadania e da democracia, identificamos uma profunda convergência com a ideia central defendida por

Matos em seu ensaio “[...] de que a cidadania política e social é um fenômeno inerentemente multidimensional, que inclui dimensões complexas e paradoxais que é necessário enfrentar e não escamotear” (MATOS, 2009, p, 23).

Nessa perspectiva trata-se do desafio de enfrentar a “cultura política” reproduzida no movimento sindical e sustentar uma concepção de democracia que favoreça a construção da cidadania multidimensional, para que se concretizem na vida das mulheres sindicalistas os direitos sociais e políticos.

De acordo com Saffioti (2004) as mulheres avançaram substancialmente na área profissional e na política, entretanto “[...] a base material do patriarcado não foi destruída”. A contradição que o caracteriza passa, por um lado, pela preservação da condição de dominação dos homens e, por outro, pela construção da igualdade social entre homens e mulheres, que enquanto aspiração feminina parece insolúvel. No entanto, sua superação é possível e requer “[...] transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade” (SAFFIOTI, 2004, p. 107).

Em outra perspectiva, Butler (1999) em diálogo com Laclau trata o patriarcado como sistemas de dominação masculina que consistem não em “totalidades sistêmicas destinadas a manter as mulheres em posições de opressão”, mas em “formas hegemônicas de poder” que expressam fragilidades próprias. De acordo com Butler, uma tarefa estratégica das feministas seria explorar tais fragilidades na perspectiva da igualdade.

Santos (2001) aborda o patriarcado como uma forma privilegiada de poder no espaço doméstico, mas presente em constelações de poderes nos demais espaços estruturais da sociedade (produção, mercado, comunidade, cidadania e mundial) que estão interconectados num movimento complexo, onde residem formas de dominação, dissensões e conflitos e os germens da transformação. A possibilidade de emancipação se apresenta nessa dinâmica, não como um ponto fixo a alcançar, mas como um processo ruidoso, instável, de negociação e tensões permanentes, mas firme em seus propósitos de construir alternativas com autonomia.

Eu sempre tenho clareza que a nossa organização política produz um tensionamento positivo para essa organização. Porque o fato de nós criarmos secretarias de mulheres, ela por si só gera um conflito, um conflito que leva a um tensionamento e um tensionamento, que eu tenho apostado que ele é absolutamente positivo. Tensiona o poder, tensiona a visão, coloca o olhar, chama para a discussão do por que as mulheres estão invisibilizadas. Mobiliza as mulheres para saírem da invisibilidade, tensiona... Há um ambiente de tensionamento. Por que as pessoas olham o tensionamento como algo negativo sempre? Eu olho o tensionamento como algo positivo. E as mulheres conseguiram fazer um tensionamento no interior dessa organização, que esse tensionamento produz elaboração, formulação, proposição, enfrentamento. Por que não? E promove avanços. Imagine um lugar onde não tenha tensionamento político, dificilmente se promove avanços, não é mesmo? (Carmen Foro)

O verbo “tensionar” com forte conotação de “fazer político sindical” refere-se às relações construídas com a participação das mulheres no espaço sindical e enseja mudança, práticas emancipatórias e a construção democrática

ca. O “tensionamento” é identificado no cotidiano de lutas contra a opressão, por reconhecimento e direitos, e na articulação entre cidadania e democracia como um campo de tensões permanente, para o qual não há uma solução de consenso. As estratégias de diálogo e negociação assumem papel preponderante em contextos específicos sem, contudo, eliminar as origens e motivos do tensionamento.

O debate dessa questão encontra embasamento na elaboração teórica de Mouffe (2003, 1999) sobre cidadania e democracia, para quem a cidadania implica em combinar equivalência e diferença. Isso significa, de um lado, articular um campo de equivalências que se traduz numa forma de identidade política fundamentada nos princípios de liberdade e igualdade para todos. De outro, em acolher a expressão das diferenças como um princípio articulador de diferentes posições de sujeito. Portanto, cidadania não é algo dado, estático, mas um campo de tensões e negociações, no qual se fazem presentes conflitos e antagonismos e no qual é possível articular diferentes lutas contra a opressão, incluindo aquelas vinculadas ao gênero. Esse processo implica numa demarcação de fronteiras entre um NÓS e um ELES que, se por um lado expressam um antagonismo e são irreconciliáveis, por outro, apresentam-se na condição de exercer, pelo princípio da liberdade e igualdade, “[...] o direito de transformar espaços sociais em espaços de lutas políticas” (MOUFFE, 1999).

Na perspectiva democrática defendida por Mouffe (2003) os espaços de lutas políticas são regidos pelo dissenso. Segundo a autora, uma sociedade democrática não é aquela regida por um consenso que escamoteie os antagonismos e se imponha a partir de uma visão hegemônica. Antes, trata-se de uma sociedade na qual tem lugar a efervescência das posições e projetos alternativos em disputa de forma legítima, ao que Mouffe chama “pluralismo agonístico” e que integra o projeto de democracia radical e plural, que defende.

Para que não caiamos na zona de conforto tão perigosa do equilíbrio e do consenso, quando se trata de relações de opressão com profundas raízes na sociedade e de uma cultura hegemônica fundada no patriarcado, oportuno se faz aprofundar essa formulação teórica, mas que ultrapassa os limites deste trabalho.

NOVOS E VELHOS DESAFIOS, NOVAS E VELHAS ESTRATÉGIAS

As mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural construíram quatro grandes mobilizações de ampla repercussão nacional – a Marcha das Margaridas –, mas o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais permanece limitado por uma estrutura arcaica e ultrapassada que não comporta práticas democráticas que de fato reconheçam o protagonismo das mulheres e, tampouco, da juventude.

Essa estrutura do jeito que está, de décadas anteriores, ela não permite avanços muito longos de uma autonomia política, nem para mulheres e nem para jovens. Ela está envelhecida e em minha opinião é preciso fazer uma reflexão profunda se essa estrutura permite que as mulheres tenham voz, tenham democracia, que de fato a de-

mocracia se realize tanto para as mulheres, quanto para a juventude. (...) Uma organização sindical que não permite refletir novas questões, novos processos de organização tende a continuar como era antes. (Carmen Foro)

A experiência político-organizativa das mulheres esbarra em limites estruturais que definem o espaço de domínio masculino, o qual reproduz uma cultura política que defende a democracia e a participação, mas nega e cerceia o protagonismo das mulheres e da juventude. Uma questão recorrente nas entrevistas é de como avançar por dentro da organização, preservando-se, e não retrocedendo nas conquistas realizadas.

A plataforma política das mulheres deve constituir-se em referência para a construção de estratégias para enfrentar os desafios. Entretanto, isso não é o bastante, pois é preciso buscar a compreensão dos processos em curso, um olhar crítico a partir da trajetória construída, mas sobre o contexto atual, de modo a identificar os elementos que se articulam nas relações cotidianas em suas contradições, tensões e disputas, sem o que é impossível construir a unidade entre as mulheres.

A cultura política hegemônica investe permanentemente na reprodução das velhas formas de disputa em um campo configurado por diferentes forças políticas, ligadas a partidos, centrais sindicais, tendências políticas diferenciadas e correntes ideológicas das quais as mulheres também fazem parte. Como construir unidade entre as mulheres num campo atravessado por tanta diversidade?

Então assim, a gente precisa avançar nisso, mas avançar significa ter uma plataforma de conteúdo feminista, estratégico, de avanço das mulheres em sua organização, de sua presença política, mas uma presença recheada de conteúdo que nós acumulamos ao longo da nossa história.

(...) A gente quer construir e estamos disputando um modelo de desenvolvimento que tenha no centro as questões da igualdade, a questão do enfrentamento à pobreza, a questão do enfrentamento a todos os processos de desigualdade. Então isso assim é muito estruturante. Então a gente tem que estar olhando sempre pra isso, para que não se retroceda nada. Do ponto de vista organizativo eu acho que nós temos muitos desafios. (Carmen Foro)

Dentre os desafios que as mulheres identificam constam o investimento na auto-organização, na criação, recriação, fortalecimento e funcionamento efetivo das comissões municipais e estaduais referenciadas na plataforma política e apoiadas por um programa de formação política. Identificam ainda uma forte contradição no fato de terem avançado em participação social, que se traduz na participação em conferências, conselhos, comitês gestores de programas e políticas públicas, fóruns estaduais e nacionais, enquanto sofrem toda sorte de restrições e mesmo violência nos espaços sindicais.

Muito se avançou, mas se tratando de igualdade para as mulheres, como diz uma das entrevistadas "não tem nada vencido", ao contrário, os desafios se apresentam com nova roupagem, pois o contexto social é outro, bem distinto dos anos 80 e 90. Há outra geração de mulheres que usufruem das conquistas em termos de reconhecimento e participação, mas que ne-

cessitam tanto ou mais de formação política para que possam ver e ler nas entrelinhas das práticas ditas democráticas onde se situa a reprodução da discriminação e da desigualdade. Não de outro modo poderão fazer da sua prática sindical um exercício na perspectiva democrática e emancipatória, de transformação da realidade de opressão e violência que as mulheres ainda vivem na família, na sociedade e no movimento sindical.

Cappelin (1994) identifica na lógica das cotas um nível de reconhecimento sindical da existência das mulheres como sujeito político separadamente dos homens. Entretanto, a participação política sindical das mulheres está sempre em risco e se torna mesmo perigosa se não estiver “[...] acompanhada por uma nova mediação sexuada – política – das mulheres entre elas, interna e externa ao sindicato, que possa produzir formas autônomas de organização e agregação” (CAPPELLIN, 1994, p. 287). Este desafio identificado por Cappelin em 1994 guarda toda a atualidade na proposta da estratégia de auto-organização permanente das mulheres para problematizar a divisão sexual do poder e do trabalho no movimento sindical e produzir “múltiplas renovações políticas” necessárias ao processo de construção da igualdade.

Tendo em vista a realização do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em março de 2013, as mulheres se preparam com o objetivo de expor e debater as relações no cotidiano sindical, as diversas formas de violência contra as mulheres, as investidas para desautorizá-las, desqualificá-las e retirar o seu direito de participar e exercer autonomia política. O contexto para esse debate, em relação aos anos 90, se por um lado apresenta alguns avanços em termos do reconhecimento das mulheres rurais como sujeitos políticos, por outro a autonomia pessoal e política ainda está longe de se tornar realidade na vida das trabalhadoras rurais. Para isso concorre fortemente a reprodução da divisão sexual do trabalho nos diversos espaços da vida social.

(...) Meu corpo não é uma mercadoria e minha pessoa não é qualquer coisa para levar saco de pancada. É um desafio que eu acho que tem que levar para o próximo congresso, discutir o respeito nesse espaço. (Diretora Estadual)

Para as mulheres rurais sindicalistas, ainda que haja tantos problemas nas relações de poder e na implementação da política de cotas no movimento sindical, é preciso dar um passo a mais no debate sobre a igualdade incorporando a paridade participativa como uma estratégia para construir a justiça, autonomia e igualdade. Muitas lideranças revelam alguma insegurança quanto à oportunidade de se defender a paridade neste contexto, mas grande parte entende que se trata de uma oportunidade estratégica para trazer o debate da democracia e igualdade, sobre as relações estabelecidas no cotidiano sindical, sobre o respeito à legitimidade do seu exercício nos cargos de direção e à sua autonomia política.

(...) Então, fazer o debate da paridade requer de nós um grande desafio voltado para dar qualidade a esse debate de participação política, de que os investimentos que nós vamos fazer de informação, de formação política é para que cada mulher que esteja nesses lugares seja ganha para a nossa plataforma, e não apenas para estar no poder pelo poder. É o poder para

transformar, é o poder para implementar uma plataforma para o conjunto da classe, mas que tenha uma visão de enfrentar as desigualdades.

A proposição da paridade participativa traz para o debate a condição das mulheres no espaço sindical, a construção da igualdade, as relações estabelecidas, e questiona o poder tradicionalmente exercido, cujos padrões muitas vezes acabam sendo reproduzidos por mulheres que assumem a direção sem se alinharem com a plataforma política das mulheres. Nisso reside o perigo, de que nos fala Cappellin (1994) ao apontar a necessidade de construir estratégias de auto-organização para o fortalecimento e autonomia política das mulheres.

Na amplitude que o debate da paridade sugere, compreende-se que integra a relação entre democracia e cidadania integral como focado anteriormente, mas a demandar um avanço na reflexão. Matos (2009) nos indica a necessidade de articular a abordagem da cidadania contemporânea às referências teóricas do “pluralismo democrático e do pertencimento múltiplo” para que se explicitem o caráter multidimensional, os paradoxos e tensões que o exercício da cidadania encerra. Tal abordagem nos remete ao lugar para a expressão da diversidade, ao acolhimento às diferenças para a construção da igualdade.

Nessa linha Matos (2009) aponta o aporte teórico de Nancy Fraser, que propõe um novo paradigma de justiça social em que se relacionam as perspectivas do reconhecimento que dizem respeito às demandas identitárias e às diferenças; da redistribuição, de caráter universalista e de igualdade; e da representação política, na perspectiva da inclusão.

Ao desenvolver essa noção de justiça Fraser (2011; 2007) apresenta como seu centro normativo a noção de “paridade participativa”, que diz respeito essencialmente a um estado qualitativo que implica em ser igual, estar e se relacionar em condições de igualdade, o que não se garante pelo recurso numérico. A paridade implica numa paridade de participação e não se limita às instituições políticas, mas deve abranger todos os âmbitos da interação, incluindo o mercado de trabalho, as relações familiares, as esferas públicas e as associações da sociedade civil. Entretanto, a paridade não deve se limitar à diferenciação por sexo, mas abranger o conjunto de categorias subordinadas, sem exclusividade. Para Fraser, uma lei limitada exclusivamente à paridade entre os sexos poderia resultar num impacto negativo sobre a representação e estimular outras disparidades. Outras dimensões, como geração e raça, devem ser tomadas em consideração para que não se incorra em outras formas de exclusão.

A formulação de Fraser nos chama à necessidade de se realizar um aprofundamento sobre as noções de justiça, moral e ética e um debate cuidadoso na defesa da paridade participativa entre os sexos, que leve em conta as condições objetivas e intersubjetivas que articuladamente devem concorrer para sua realização. No âmbito do movimento sindical essa questão indica a necessidade de um debate aprofundado que se traduza em vontade política de realizar plenamente as condições essenciais à autonomia e igualdade para as mulheres.

Os elementos e questões articuladas neste trabalho sobre a trajetória construída pelas mulheres no sindicalismo rural apontam a necessidade de recriar e fortalecer “velhas” estratégias. A trajetória construída não é

linear e progressiva como se costuma abordar, mas sinuosa a ponto de sugerir um movimento em espiral no qual velhos desafios retornam ao contexto atual, demonstrando que estruturas “arcaicas” permanecem restringindo as lutas emancipatórias e de reinvenção da democracia. Talvez a sugerir a urgência de novos tensionamentos.

A proposição da paridade participativa pautada atualmente no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais requer um amplo debate na perspectiva de oportunizar o enfrentamento das relações estabelecidas no cotidiano sindical, que reproduzem “velhas” formas de opressão. De outro modo seria uma medida limitada a um recurso numérico que poderia potencializar toda a sorte de resistência contra a participação e protagonismo político das mulheres. O debate da paridade traz a oportunidade de revisitar as práticas ancoradas no discurso da democracia e da igualdade, mas que reproduzem cotidianamente a opressão e a desigualdade, chegando a práticas de profundo desrespeito e violência. Trata-se de traduzi-las em sua dimensão social e política e desmascarar as abordagens que atribuem a essas práticas um caráter localizado, pontual e pessoal.

Constatamos que há muitas formas de desigualdade e opressão presentes no movimento sindical, com velhas e novas roupagens, que corroem dia a dia as possibilidades de construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário que o próprio movimento defende. Estas atentam contra os direitos (humanos) e a democracia.

Reinventar estratégias para enfrentar novos/velhos desafios, com a devida adequação aos contextos em que se inserem, fazer da auto-organização associada à formação política de base feminista um meio para potencializar as tensões na perspectiva de que a participação, o poder e a democracia se façam orientados pelos ideais de justiça, autonomia, igualdade e liberdade, integram o momento atual da trajetória das mulheres no sindicalismo rural e seu horizonte emancipatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Mirian e SILVA, Rocicleide. As Relações de Gênero na Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag). In: ROCHA, M. I. B. (org). Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo. Ed. 34. ABEP, NEPO/Unicamp e Cedeplar/UFMG, 2000. P.347-366.
- AMARAL, Waldiléia R. S. Do Jirau ao Geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no estado do Pará, Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, UFP, 2007.
- ARTHUR, Maria José. Fantasmas que assombram os sindicatos: mulheres e as lutas pela afirmação dos seus direitos; Moçambique, 1993-2000. In: SANTOS, Boaventura S., (Org.) Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 381- 424.
- AVRITZER, Leonardo e SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (Org.) Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39 a 82.
- BONI, Valdete. Poder e Igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. In: Estudos Feministas. Jan/Abr/2004. Florianópolis, Santa Catarina. p. 289 a 302.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. y LACLAU, Ernesto. Los usos de la igualdad. Debate Feminista. Ano 10. V. 19. 1999. Abril. p. 115 -139.
- CAPPELLIN, Paola. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: Camuflagem e Transparência: as mulheres no sindicalismo. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. Central Única dos Trabalhadores - CUT. São Paulo: 1990. p. 17-20.
- _____. Viver o sindicalismo no feminino. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro/CIEC/ECO/UFRJ, 1994. p. 273-290. (Número Especial).
- CONTAG. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Marcha das Margaridas 2011. Caderno de Textos: para estudos e debates. Brasília, Contag, 2011.56 p.
- _____. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Violência contra as Mulheres Trabalhadoras Rurais nos espaços doméstico, familiar e no movimento sindical. Relatório parcial. 2009. Digitado
- _____. Coordenação de Mulheres Trabalhadoras Rurais. A Mulher e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: Trajetória de Lutas. Brasília, DF: Contag, 2002. 54 p.
- _____. Anais de Congresso(s) Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Anos 2009, 2005, 2001, 1998, 1995, 1991, 1985, 1979, 1973. Digitalizados, disponível no Centro de Informação e Documentação da Contag.

- DELGADO, Maria B. Godinho. Mais Mulheres na Direção da CUT. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, 1996. Ano IV. p. 138 a 147.
- ESMERALDO, Gema Galgani. O Feminino na Sombra: relações de poder na CUT. Fortaleza: EUFC, 1998. 262 p.
- FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. Revista Direito GV. V. 7. No 2. São Paulo. Julho/Dez. 2011
- _____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Revista Estudos Feministas. V.15. Ano 2. UFSC: Florianópolis. 2007
- GODINHO, Tatau. Ação Afirmativa no Partido dos Trabalhadores. Estudos Feministas. Rio de Janeiro, 1996. Ano IV. p. 148 a 157.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5), Campinas, p 07 – 41.
- HARDING, Sandra. Ciencia y Feminismo. Madrid, Ediciones Morata, 1996. (cap. Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo, p. 15 a 27)
- MAGALHÃES, Manuela de Sousa. Trajetórias em movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, UFMG, Belo Horizonte.
- MATOS, Marlise. Cidadania por que, quando , para que e para quem. Desafios contemporâneos ao Estado e à Democracia inclusiva. In: MATOS, Marlise; LINO, Nilma; DAYRELL Juarez. In: Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Belo Horizonte, UFMG, 2009.
- _____. Ações Afirmativas: Dinâmica e Dilemas Teóricos entre a redistribuição e o reconhecimento. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC. Florianópolis. Abril, 2007. P.465 - 476.
- MOUFFE, Chantal. En torno a lo político. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. 144p. (Obras de Sociologia).
- _____. Feminismo, cidadania e política democrática radical. Debate Feminista (Cidadania e Feminismo). São Paulo: México, 1999. P. 29-47
- _____. Por uma política da identidade nômade. Debate Feminista (Cidadania e Feminismo). São Paulo: México, 1999. P.266-275.
- NUNES, João A. e SANTOS, Boaventura S. Introdução: Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura S., (Org.) Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25 a 68.
- PIMENTA, Sara D. C. Trajetórias na Terra: Sociabilidades, gênero e identidades coletivas no Projeto de Reforma Agrária Aliança. 202 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.
- . Posfácio: Conceituando o Gênero. In SAFFIOTI, H.I. B., e MUÑHOZ-VARGAS, Monica (org.). Mulher Brasileira é Assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.: UNICEF, 1994. p. 271-283.
- SANTOS, Boaventura S. Um Discurso sobre as Ciências. São Paulo: Cortez, 2003.
- . A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.
- . Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. P 15-49; 235 - 280.
- SCOTT, Joan. O Enigma da Igualdade. In: Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, 1999. V.7, n. 12. P. 11 – 30.
- . Experiência. IN; SILVA, Alcione et Al. Falas de Gênero. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. P. 21- 55.
- . Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: Educação & Realidade. Jul./dez. Porto Alegre: 1995. p.71-99.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth, 1943-1991. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 2ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

